

Na verificação do acordo de Roma **Subcomissões militares trabalham nos «corredores»**

Uma subcomissão militar constituída por peritos de todos os países que integram a Comissão Mista de Verificação do acordo parcial de Roma, (COMIVE), vai começar a funcionar a partir de hoje na capital provincial de Sofala, no centro do país. A referida subcomissão tem em vista controlar o cumprimento integral daquela convenção assinada em Dezembro último entre as delegações do Governo moçambicano e da Renamo sobre a concentração das

tropas zimbabweanas ao longo dos corredores da Beira e do Limpopo.

A informação foi dada a conhecer ao nosso jornal pelo Embaixador italiano acreditado em Moçambique, Manfred di Camerana que preside a referida comissão, o qual acrescentou que outra ainda deverá entrar em funcionamento na próxima segunda-feira na cidade do Chókwè para o Corredor do Limpopo.

Na ocasião o diplomata italiano assinalou que com a entrada em funcionamento daquelas duas subcomissões militares para verificar o cumprimento do acordo parcial de Roma apenas vai faltar uma, das quatro previstas para controlar os dois corredores.

Para o funcionamento daquelas subcomissões militares, segundo explicou Manfred di Camerana, a Comissão Mista de Verificação do acordo parcial de Roma dispõe neste momento de pelo menos quatro helicópteros dois dos quais se encontram na cidade de Chimoio, um na Beira e outro em Chókwè.

«Neste momento estamos a envidar esforços visando encontrar um outro helicóptero para a subcomissão militar a funcionar na cidade de Chicualacuala, onde também estamos a deparar com algumas dificuldades logísticas, nomeadamente a falta de casas para o alojamento dos peritos militares» — disse o presidente da Comissão Mista de Verificação.

Falando sobre a anunciada intenção de violação do acordo de Roma pela Renamo, o Embaixador italiano acreditado em Moçambique manifestou-se preocupado, afirmando que tal a acontecer seria uma infração ao acordo de Dezembro que foi inspirado pelo desejo e compromisso recíproco da rápida obtenção da paz em Moçambique.

Na ocasião, Manfred di Camerana apelou às partes envolvidas para que respeitem os termos de acordo e garantam a sua plena execução na letra e no espírito e se abstenham de fazer declarações públicas que lesem o estabelecimento da confiança no processo de paz no país.